

## Algumas aproximações entre José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci

Claudio Reis\*

### Introdução

Antes mesmo de abordar os temas selecionados aqui, presentes nos dois trabalhos dos autores, alguns dados histórico-biográficos de ambos despertam a atenção do leitor. Um primeiro ponto corresponde ao fato de ambos os textos serem escritos no final da década de 1920. Enquanto os *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana* fora publicado em 1928, *A questão meridional* teve sua redação em 1926 e publicação em 1930. Em certo sentido, os problemas comuns encontrados nessas suas obras significam a existência de preocupações similares, mesmo que um em contexto político-social diferente do outro. Entretanto, as atenções às particularidades nacionais dos dois não os colocavam em ilhas de pensamentos, isoladas e indiferentes ao terreno mundial, muito ao contrário os autores tinham pela frente um contexto internacional muito semelhante, isto é, o pós 1ª Guerra Mundial, a ascensão do fascismo em várias partes do mundo, a profunda instabilidade econômica capitalista, etc. Outro ponto interessante é que os dois buscaram se distanciar das leituras sectárias tão marcantes neste momento no interior do movimento socialista internacional, conseqüentemente em seus países. Mariátegui, após sua viagem pela Europa (1920-23), instante em que entra em contato o movimento operário e com o pensamento socialista, retorna ao Peru não com a intenção em forçar uma leitura historicamente intransigente sobre o seu país, partindo da realidade europeia, ao contrário, tentou se servir da teoria socialista para compreender as particularidades dos peruanos. Todavia, suas contribuições transcenderam, em importância, a realidade peruana para se tornarem pontos centrais do chamado marxismo latino-americo. Por sua vez, Gramsci também é identificado como um importante crítico do sectarismo presente no marxismo e no movimento comunista não só italiano, mas também europeu. E esse seu entendimento está visivelmente presente no interior do seu trabalho sobre a questão do Sul da Itália. Portanto, ambos tentaram tornar a teoria revolucionária em algo vivo e atuante, com capacidade para intervir politicamente na própria realidade.

---

\* Professor de Teoria Política da UFGD e Coordenador do Grupo de Estudos Antonio Gramsci/UFGD. Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, [claudio.reiss@yahoo.com.br](mailto:claudio.reiss@yahoo.com.br).

Para esses autores e militantes fundamentais do marxismo do século XX, o materialismo histórico e dialético foi incorporado não como um dogma ou como um conjunto de leis naturais, mas como *práxis* reveladora da complexa processualidade histórica, enfrentada em diversos cenários políticos, econômicos, culturais e sociais, pelos sujeitos explorados e, por isso, potencialmente impulsionadores das transformações substanciais da realidade.

Sabe-se que a análise dos autores a partir de dois trabalhos apenas, não expressa o pensamento global de ambos. Entretanto, o propósito aqui não é esgotar as suas contribuições para o pensamento revolucionário, mas inserir algumas questões importantes que revelam pontos de contatos entre suas obras.

### **Mariátegui e Gramsci diante da questão agrária**

Tanto nos *Sete Ensaio...*, quanto na *Questão meridional* é possível notar a centralidade do problema agrário. Para os dois autores, este ponto se colocava como condicionante decisivo para grande parte da opressão das classes dominantes sobre os subalternos do Peru e da Itália. Por este motivo, voltaram-se para a tentativa de compreender com profundidade os aspectos característicos de tal realidade.

No caso da realidade peruana, o peso do latifúndio sobre a organização de sua sociedade era extremo. E parte dessa situação, explicava-se, segundo o autor, a partir da postura de dependência das classes dominantes peruanas em relação ao capitalismo estrangeiro. Como o próprio afirma:

A classe latifundiária não conseguiu se transformar em uma burguesia capitalista, dirigente da economia nacional. A mineração, o comércio, os transportes, se encontram nas mãos do capital estrangeiro. Os latifundiários se contentaram em servir como intermediários a esse, na produção de algodão e açúcar. Esse sistema econômico manteve, na agricultura, uma organização semifeudal, que se constitui na maior dificuldade para o desenvolvimento do país. (Mariátegui, 2010, p.46)

A partir desse cenário econômico surgem, no Peru, as relações, definidas pelo autor, como feudais. A *herança histórico-nacional* peruana, caracterizada pela colonização espanhola, está fortemente marcada pela importação das relações sociais européias – em seu início, ainda pontuadas por elementos feudais. Justamente por isso, o conceito de “feudalismo” está sempre presente nos *Sete ensaios...*. Para Mariátegui, a sociedade peruana de sua época estava constituída pelos seguintes modos de produção: o comunitarismo indígena, o feudalismo e algumas relações capitalistas. No entanto, a sua grande preocupação analítica esteve relacionada ao chamado *gamonalismo* – correspondente ao latifúndio peruano e ao seu feudalismo característico.

O latifúndio era o principal mecanismo de opressão das classes dominantes peruanas, sobre a grande maioria da população. E não ficam dúvidas, em seu texto, que os maiores violentados nesse contexto eram os indígenas. Segundo o autor, a luta contra os latifundiários era indispensável para a libertação dos índios da condição de servos. Por esse motivo, Mariátegui negou qualquer discurso humanitário perante a questão indígena e se lançou ao combate do modo de produção predominante em seu país. Na verdade, foi nas relações econômicas que encontrou os principais elementos da dominação e, conseqüentemente, da libertação dos índios peruanos. Além disso, entender

o indígena, como camponês, longe de significar uma tentativa de aculturação, significava reconhecer neste grupo social discriminado a qualidade de produtor na sociedade, quebrando os estigmas que o viam como improditivos, atrasados e incultos. Tratar o problema indígena como um problema camponês, de luta pela terra contra o latifúndio, significava aventar a questão camponesa da forma mais radical possível, direcionando toda crítica às oligarquias tradicionais limenhas, que de diversas formas, mesmo que indiretas, beneficiavam-se com a exploração indígena. Para reafirmar sua perspectiva materialista e revolucionária diante do problema indígena, Mariátegui contrapõe sua análise econômico-social ao que denomina de “filantropia da Associação Indígena”. (Deveza, 2007, p.189)

São muitas as passagens, presentes nos *Sete ensaios...*, dando conta do caráter idealista de setores e instituições peruanas em relação à solução da questão indígena. Em uma delas, destaca-se o aspecto moral:

A tendência em considerar o problema indígena como um problema moral encarna uma concepção liberal, humanitária, oitocentista, iluminista, que na ordenação política do Ocidente anima e motiva as “ligas dos Direitos do Homem”. As conferências e sociedades antiescravistas, que denunciaram de forma mais ou menos infrutífera na Europa os crimes dos colonizadores, nascem dessa tendência, que confiou excessivamente nos seus apelos pelo sentido moral da civilização. (Mariátegui, 2010, p.57)

Continuando esse seu raciocínio, afirma que o humanitarismo não enfraqueceu “nem envergonhou o imperialismo na Europa, nem melhorou seus métodos. A luta contra o imperialismo já não confia senão na solidariedade e na força dos movimentos de emancipação das massas coloniais.” (Idem, p.58)

Por último e sinteticamente, o autor diz:

Todas as teses sobre o problema indígena, que ignoram ou aludem a esse como problema econômico-social, são outros tantos exercícios teóricos – e às vezes apenas verbais – condenados a um descrédito absoluto. Nem a boa-fé de algumas as salvam. Praticamente todas só serviram para ocultar ou desfigurar a realidade do problema. A crítica socialista o descobre e esclarece, porque busca suas causas na economia do país e não no seu mecanismo administrativo, jurídico ou eclesiástico, nem em sua dualidade ou pluralidade de raças, nem em suas condições culturais ou morais. A questão indígena nasce de nossa economia. Tem suas raízes no regime de propriedade da terra. Qualquer tentativa de resolvê-la com medidas de administração ou polícia, com métodos

de ensino ou obras de estradas, constitui um trabalho superficial ou adjetivo, enquanto subsistir o feudalismo dos *gamonales*<sup>1</sup>. (Ibidem, p.53)

Era preciso combater politicamente a herança deixada aos indígenas e aos demais trabalhadores peruanos. O passado colonial, fortemente marcado pelos elementos feudais presentes na Espanha, da época das conquistas, impedia o desenvolvimento de forças progressistas e populares. “A Espanha nos trouxe a Idade Média: inquisição, feudalismo, etc. E nos trouxe também a contrarreforma: espírito reacionário, método jesuítico, casuismo escolástico.” (Mariátegui, 2010, p.70) O que se via, portanto, eram formas extremamente atrasadas de dominação sobre os índios, transformando-os em servos no processo produtivo do país. Nem mesmo o capitalismo conseguia ter espaços para o seu desenvolvimento.

Por sua vez, Gramsci, em *A questão meridional*, também identifica na questão agrária, um dos pilares da dominação de classe na Itália. Aqui, o latifúndio também ganha centro nas reflexões do autor para explicar a opressão sobre os camponeses. Ainda que na Itália o desenvolvimento do capitalismo tenha tido maior alcance econômico-social quando comparado ao Peru, persistiu, porém, em seu território, aspectos medievais indiscutíveis.

Gramsci faz uma detalhada análise sobre como se construiu o edifício de dominação sobre os trabalhadores do campo. Para tanto, ressalta o papel de um sujeito fundamental na organização das sociedades, que é o “intelectual”. Em sua leitura, os pequenos e médios proprietários, além dos intelectuais menores – estes entendidos em sentido amplo, identificados pelos professores, padres, administrados públicos, advogados, entre outros – das cidades do Sul da península, exerciam a dominação direta sobre os camponeses. Este grupo de intelectuais era responsável pelo domínio não apenas coercitivo, mas também cultural e moral, em benefício dos interesses dos grandes fazendeiros sobre os trabalhadores. No topo dessa estrutura de poder, estavam justamente os grandes proprietários de terras e os intelectuais de amplo alcance social, entre os quais,

---

<sup>1</sup> *Gamonales* são os latifundiários dos andes peruanos. No entanto, “o termo *gamonalismo* não designa apenas uma categoria social e econômica: a dos latifundiários ou grandes proprietários agrícolas. Designa todo um fenômeno. O *gamonalismo* não está representado somente pelos *gamonales* propriamente ditos. Compreende uma grande hierarquia de funcionários, intermediários, agentes, parasitas, etc. O índio alfabetizado se transforma em explorador de sua própria raça por que se coloca a serviço do *gamonalismo*. O fator central do fenômeno é a hegemonia da grande propriedade semifeudal na política e no mecanismo do Estado. Por conseguinte, é sobre esse fator que se deve atuar caso se deseje atacar pela raiz um mal do qual alguns se empenham em contemplar somente as expressões simbólicas ou subsidiárias.” (Mariátegui, 2010, pp. 54-55).

destacava-se Benedetto Croce. Este importante filósofo da época mantinha moral e politicamente os pilares da dominação sobre os camponeses.

De acordo com a leitura gramsciana, nos países em que “a agricultura exerce ainda um papel muito importante ou mesmo predominante”, prevalece um velho tipo de intelectual, fornecedor da “maior parte dos funcionários estatais; mesmo na esfera local, na vila e na cidadezinha rural, este tipo exerce a função de intermediário entre o camponês e a administração em geral.” (Gramsci, 2004, p.424)

Buscando, ainda compreender a consciência das classes e dos grupos característicos da realidade agrária, diz:

O burguês rural, ou seja, o pequeno e médio proprietário de terras, que não é camponês, que não trabalha a terra, que ficaria envergonhado se fosse agricultor, mas que pretende obter da pouca terra que tem, ou arrendada ou explorada em meação, o que precisa para viver com certa folga, para mandar os filhos ou à Universidade ou ao seminário, para proporcionar às filhas um dote que lhes permita casar-se com um funcionário estatal militar ou civil. Os intelectuais herdam desta camada uma profunda aversão pelo camponês trabalhador, considerado como máquina de trabalho que deve ser espremida até o osso e que pode ser substituída facilmente, dada a existência de uma superpopulação trabalhadora. Herdam também o sentimento atávico e instintivo do medo pânico diante do camponês e de suas violências destruidoras e, portanto, um hábito de sofisticada hipocrisia e de refinadíssima arte de enganar e de domesticar as massas camponesas. (Gramsci, 2004, pp.424-25)

Parte, portanto, da dominação de classe presente no campo tem como peça central as atividades desses intelectuais. Do ponto de vista dos subalternos, o autor de *A questão meridional*, admite a existência de dificuldades em sua organização político-cultural capaz de lhe dar autonomia. A sua argumentação ressalta o seguinte:

Os movimentos camponeses, na medida em que não se expressam em organizações de massa ainda que só formalmente autônomas e independentes (ou seja, capazes de selecionar quadros camponeses de origem camponesa e de registrar e acumular as diferenciações e os progressos que se realizam no movimento), terminam por se enquadrar sempre nas instituições normais do aparelho estatal – prefeituras, governos provinciais, Câmara de Deputados –, através de composições e decomposições dos partidos locais, cujos quadros são formados por intelectuais, mas que são controlados pelos grandes proprietários e por seus homens de confiança (...) (Gramsci, 2004, p.426)

Certamente que a luta dos camponeses não deveria ser entendida como isolada, seja do ponto de vista territorial, seja em relação ao âmbito político. Pelo menos a partir das observações de Gramsci, o combate ao latifúndio e às suas formas de dominação deveria fazer parte do programa político da classe operária das cidades industrializadas. Assim, não há no autor uma perspectiva agrarista sobre a necessidade de se superar a dominação e exploração sobre os trabalhadores do campo.

Mesmo estando em países com particularidades marcantes, existem, em ambos os autores, uma preocupação específica com os *não operários*. Enquanto Mariátegui busca inserir o índio no projeto de transformação de seu país, Gramsci o faz em relação ao camponês. Ambos rejeitaram tanto o humanitarismo quanto o racismo, difundidos em seus países, no tratamento dessas questões. Buscaram ampliar a capacidade revolucionária do marxismo, entendido como método e prática política, e não restringi-lo como muitos de seus contemporâneos o fizeram – movimento que ficou conhecido historicamente como “revisionista”.

### **Unidade nacional como obstáculo da luta popular**

Sobre este ponto, Mariátegui também demonstra preocupações em suas análises. O Peru não tinha conquistado, até sua época, as unidades política, cultural e econômica. O autor peruano separa o território a partir das seguintes características: costa litorânea, serra e selva. Em sua definição, vê-se:

O Peru, segundo a geografia física, divide-se em três regiões: a costa, a serra e a selva (no Peru, a única coisa que está bem definida é a natureza). E essa divisão não é apenas física. Transcende toda nossa realidade social e econômica. A selva, sociológica e economicamente, ainda não tem significado. Pode-se dizer que a selva é um domínio colonial do Estado peruano. Mas a costa e a serra, entretanto, são efetivamente as duas regiões nas quais se distingue e se separa, como o território, a população. A serra é indígena; a costa é espanhola ou mestiça (...) (Mariátegui, 2010, pp.199-200-201)

Era na região litorânea que se encontravam os elementos econômicos mais desenvolvidos em termos capitalistas, mesmo de modo bastante debilitados. Na serra, a característica principal se refere ao comunismo indígena, portanto, ausente de propriedade privado. De qualquer modo, como já foi dito, o que caracterizava o país como um todo era o domínio do latifúndio e o predomínio do feudalismo. Diante da análise feita por Mariátegui, em seu *Sete ensaios...*, é possível identificar pelo menos três modos de produção convivendo no território peruano. O que certamente trouxe importantes conseqüências para a vida política e cultural dos peruanos, com destaque para os trabalhadores e os índios. Os conflitos gerados, a partir desse cenário, são observados do seguinte modo:

O Peru costeiro, herdeiro da Espanha e da conquista, domina desde Lima o Peru serrano; mas não é, demográfica e espiritualmente, forte o suficiente para absolvê-lo. A unidade peruana está por ser feita; e não se apresenta como um problema de articulação e convivência, dentro dos limites de um Estado único, de vários antigos pequenos Estados ou cidades livres. No Peru o problema da unidade é muito mais profundo, porque aqui não é o caso de resolver uma pluralidade de tradições locais ou regionais e sim uma dualidade de raça, de língua e de sentimento, nascida da invasão e da conquista do Peru autóctone por uma raça estrangeira que não conseguiu se fundir com a raça indígena, nem eliminá-la, nem absorvê-la. (Mariátegui, 2010, p. 201)

Como saída para os problemas enfrentados, o socialista peruano estabeleceu como prioridade a superação do feudalismo, fundamentado no regionalismo e na opressão sobre os índios. Era devido ao latifúndio que o Peru se encontrava nessa situação de grave desigualdade regional. Nas palavras do autor,

A necessidade mais angustiante e peremptória do nosso progresso é a liquidação desse feudalismo que constitui uma sobrevivência da colônia. A redenção, a salvação do índio, eis o programa e a meta da renovação peruana. (...) Por conseguinte, impõe-se o repúdio absoluto, a rejeição radical de um regionalismo que reconhece suas origens em sentimentos e interesses feudais e que, portanto, propõe como finalidade essencial um aumento do poder do *gamonalismo*. O Peru tem que optar entre o *gamonal* e o índio. Esse é seu dilema. Não existe um terceiro caminho. Colocado esse dilema, todas as questões de arquitetura do regime passam a um segundo plano. O que importa primordialmente aos homens novo é que o Peru se pronuncie contra o *gamonal*, pelo índio. (Mariátegui, 2010, p.208)

Dentro do programa revolucionário de Mariátegui, a questão indígena não faz parte de uma questão regional, mas nacional. Índios, sob dominação dos latifundiários, e trabalhadores, explorados pelo capitalismo costeiro, eram os agentes do processo de transformação social necessário para o Peru.

Do mesmo modo, Gramsci, em *A questão meridional*, expõe questões semelhantes. Para ele, a Itália estava cindida em dois grandes blocos econômico-sociais. De um lado, tinha-se o Norte da península – com pleno desenvolvimento capitalista; de outro, o Sul – ainda marcado pelo domínio dos grandes fazendeiros. Em seu ensaio, inacabado, Gramsci aponta desdobramentos importantes, principalmente para a luta de classes, em decorrência dessa “cisão”. Para ele, o problema não se restringia aos aspectos econômicos, pois sua força se deslocava decisivamente para os elementos culturais e políticos. Politicamente era preciso, tendo em vista tal cenário, buscar a unidade de classe entre trabalhadores das indústrias do Norte com os camponeses do Sul. Tarefa complexa, mas indispensável para os comunistas. Além disso, na esfera da cultura, era preciso eliminar uma série de elementos ideológicos criados pela “ciência” dominante da época que difundia a existência de certa inferioridade biológica dos “sulistas” – enunciados largamente inseridos entre os operários do Norte e, sem dúvida, entrave para a unidade das classes e dos grupos dominados da Itália. A questão está colocada nos seguintes termos:

O primeiro problema a resolver, para os comunistas turinenses, era o de modificar a orientação política e a ideologia geral do próprio proletariado, enquanto elemento nacional que vive no conjunto da vida estatal e sobre inconscientemente a influência da escola, do jornal, da tradição burguesa. É conhecida a ideologia que foi difundida capilarmente pelos propagandistas da burguesia entre as massas do Norte: o Sul é a bola de chumbo que impede progressos mais rápidos para o desenvolvimento civil da Itália; os sulistas são

seres biologicamente inferiores, semibárbaros ou bárbaros completos, por destino natural; se o Sul é atrasado, a culpa não é do sistema capitalista ou de qualquer outra causa histórica, mas da natureza, que fez os sulistas poltrões, incapazes, criminosos, bárbaros, temperando esta sorte madrasta com a explosão puramente individual de grandes gênios, que são como as palmeiras solitárias num deserto árido e estéril. (Gramsci, 2004, p.409)

Essa passagem demonstra que Gramsci mesmo tendo nascido na Sardenha, ilha considerada socialmente como parte do Sul, não se rendeu ao movimento político regionalista, entusiasta em sua época, no qual defendia os interesses dessa parte da península. Como o próprio autor diz: “em 1919, formou-se a associação da “Jovem Sardenha”, início e premissa do que viria a ser mais tarde o Partido Sardo de Ação.” (Gramsci, 2004, p.411) Esse movimento tinha como objetivo unir toda a população sarda da ilha e do continente, na tentativa de criar um “bloco regional”, com força de reivindicação suficiente para pressionar o governo da época, que havia feito algumas promessas aos soldados sardos durante a Primeira Guerra. Entretanto, além dos ex-soldados sardos, advogados, professores e funcionários públicos, também aderiram ao movimento. Gramsci relata um evento ocorrido em Turim, no qual tinha o objetivo de reunir os sardos que viviam no Piemonte. E esse seu comentário deve ser ressaltado, pois revela o seu olhar sobre a questão em destaque aqui. Diz ele:

Tratava-se, em sua maioria, de gente pobre, gente do povo sem profissão definida, operários manuais, aposentados de baixa renda, ex-carabineiros, ex-agentes penitenciários, ex-guardas de finanças, que exerciam pequenas atividades de natureza muito variada. Todos ficavam entusiasmados com a idéia de estar entre conterrâneos, de ouvir discursos sobre sua terra, à qual continuavam ligados por inúmeros laços de parentesco, de amizade, por recordações, sofrimentos, esperanças, entre as quais a de voltar à terra natal, mas a uma terra natal mais próspera e rica, que oferecesse as condições de viver, ainda que modestamente. Os comunistas sardos, no preciso número de oito, foram à reunião, apresentaram à presidência uma sua moção e pediram para intervir apresentado uma proposta alternativa. Depois do discurso inflamado e retórico do orador oficial, adornado de todas as Vênus e querubins da oratória regionalista; depois que os outros oradores choraram ao recordar as dores passadas e o sangue derramado pelos regimentos sardos na guerra; depois que se entusiasmaram até o delírio com a idéia do bloco compacto de todos os filhos generosos da Sardenha – depois disso tudo, era muito difícil “encaixar” a proposta alternativa. As previsões mais otimistas eram, se não o linchamento, pelo menos um passeio na delegacia, após termos sido salvos das conseqüências do “nobre desdém da massa”. Mas a proposta alternativa, se provocou um enorme espanto, foi escutada com atenção; e, uma vez rompido o encantamento, chegou-se rapidamente, ainda que de modo metódico, a uma conclusão revolucionária. O dilema era o seguinte: “vocês, pobres diabos sardos, são a favor de um bloco com os senhores da Sardenha que arruinaram vocês e são os defensores locais da exploração capitalista, ou são a favor de um bloco com os operários revolucionários do continente, que querem derrubar todas as explorações e emancipar todos os oprimidos?” Tal dilema penetrou na mente dos presentes. (Gramsci, 2004, pp.412-13)

A partir desse relato não há dúvida quanto ao posicionamento político de Gramsci. E mais uma vez há uma semelhança com as reflexões de Mariátegui sobre o tema. Tanto um quanto o outro, negaram o regionalismo como forma de luta político, em busca de uma unidade de classe ou mesmo desta com a *não classe operária*. O que significava transcender o aspecto provinciano da região e ir em direção do movimento nacional e sua relação com o mundo.

### **Mariátegui e Gramsci: a alteridade na teoria política revolucionária**

Já faz parte de um certo consenso, a afirmação de que uma das originalidades do pensamento político mariateguiano seja a sua atenção à questão indígena. Isso se explica não apenas por seu país, em sua época, ser habitado majoritariamente por índios, afinal nem todos socialistas peruanos apresentavam a mesma postura. Muitos buscavam o caminho do socialismo peruano, tendo em vista as experiências da Europa, sem as devidas mediações para a realidade social em que viviam. Em consequência, os índios não eram inseridos nos programas políticos de transformação revolucionária da realidade. Mariátegui, ao contrário, buscou construir um marxismo ou uma teoria da revolução sem desconsiderar as características histórico-sociais de seu país. A sua passagem pela Europa e as suas experiências com as lutas operárias daquele continente, não o fizeram esquecer as particularidades da vida social peruana. Por isso, ao retornar, teve o objetivo de criar uma teoria da revolução a partir dos sujeitos concretos do Peru. Para o autor:

a interpretação marxista consistia no estudo detalhado das condições concretas de cada realidade específica. O que interessava pesquisar seriam as configurações efetivas das classes sociais de determinada formação social, sua história e raízes culturais, suas dimensões e frações diversas, os níveis de consciência das classes trabalhadoras e das camadas populares, suas potencialidades de oposição às classes burguesas e, por fim, a própria articulação do poder burguês, nos planos nacionais e internacionais. Segundo tal óptica, portanto, a aplicação de modelos teóricos supostamente válidos para toda e qualquer formação social estaria sempre fadada ao fracasso. (COSTA & CLEMENTE, 2012, p.27).

Ao incluir a questão indígena nos *Sete ensaios...*, o autor buscou acentuar a importância de se considerar esse sujeito histórico como ativo no processo de superação das formas de dominação de classe em seu território, caracterizadas pelo bloco feudal-capitalista. É exatamente neste momento que o *não operário* entra em cena na teoria política revolucionária mariateguiana.

Sem incorporar as ideologias “humanitárias” e “assistencialistas”, Mariátegui busca resolver o problema indígena por meio de uma luta revolucionária: primeiro contra

o feudalismo, depois contra elementos capitalistas. Sem superar a opressão sobre os índios, não era possível visualizar qualquer projeto revolucionário para o Peru.

Assim como Lenin que não recuou em sua teoria da revolução, mesmo tendo pela frente uma esmagadora maioria de camponeses em solo russo, Mariátegui não deixou de buscar a construção do socialismo pelo fato ter em sua realidade social uma maioria de indígenas.

Isso se tornou viável pelo fato do autor desconsiderar as ideologias racistas sobre os índios e, ao mesmo tempo, identificar concretamente as potencialidades revolucionárias desse grupo social. Dentro da melhor tradição de atualização do marxismo, Mariátegui buscou expandir o seu potencial revolucionário ao incorporar sujeitos não considerados pelos europeus. Diferentemente dos revisionistas que buscavam limitar ou diminuir a capacidade revolucionária do materialismo histórico e dialético, o autor peruano levou a frente a sua ampliação.

A atenção que dá aos índios e a busca em conhecê-los de forma precisa introduz à teoria revolucionária e ao marxismo contemporâneo perspectivas fundamentais – o que o coloca como um autor ainda bastante atual. Em seu pensamento existe aquilo que se pode chamar de uma *alteridade para a revolução*.

A partir de uma análise concreta da situação histórica concreta, o socialista peruano, não perde de vista as particularidades do país em que vive. Em sua percepção, a revolução não segue um processo único e universal. Ao contrário do que vigorava em sua época, Mariátegui não assume o método do “marxismo-positivista” e nem o seu correspondente pedantismo moral, definidor dos chamados “verdadeiros sujeitos da revolução”. Não fosse a sua distância em relação a essa forma de entender os agentes da transformação radical da sociedade, não haveria espaços para o indígena.

Em os *Sete ensaios...* é recorrente a tentativa do autor em inserir os índios no projeto de transformação da sociedade peruana. Para Mariátegui, a independência do país “não constituiu, como se sabe, um movimento indígena. Foi promovida e aproveitada pelos *criollos* e também pelos espanhóis das colônias. Mas aproveitou o apoio da massa indígena.” (Mariátegui, 2010, p. 62) Diz ainda: a nova “geração peruana sente, e sabe, que o progresso do Peru será fictício, ou pelo menos não será peruano, enquanto não seja a obra e não signifique o bem-estar da massa peruana, 4/5 das quais é indígena e camponesa.” (Mariátegui, 2010, p. 64) Justamente por esses fatores econômico-social e demográfico, os protagonistas do processo precisavam ser os próprios índios que – apesar dos avanços, notados pelo autor – ainda não tinham estabelecidos vínculos nacionais. Na

maior parte dos casos, ainda estavam presos ao regionalismo, conseqüentemente ao latifúndio e à derrota.

Por fim, argumenta:

Nós que, do ponto de vista socialista, estudamos e definimos o problema do índio, começamos por declarar absolutamente superados os pontos de vista humanitários ou filantrópicos, nos quais, como um prolongamento da batalha apostólica do padre de Las Casas, se apoiava a antiga campanha pró-indígena. Nosso primeiro esforço tende a estabelecer seu caráter de problema fundamentalmente econômico. Insurgimo-nos primeiramente contra a tendência instintiva – e defensora – dos *criollos* ou *misti* (mestiço), de reduzi-lo a um problema meramente administrativo, pedagógico, étnico ou moral, para escapar de qualquer maneira do plano da economia. (...) Não nos contentamos em reivindicar o direito do índio à educação, à cultura, ao progresso, ao amor e ao céu. Começamos por reivindicar, categoricamente, seu direito à terra (Mariátegui, 2010, pp.67-68) .

Portanto, a partir de um *estudo* profundo sobre este *não operário* é que o pensamento mariateguiano buscou expandir o materialismo histórico. Processo sempre atual e necessário para manter sua força revolucionária.

Quanto a Gramsci, algo semelhante acontece. Originário de uma pequena cidade da Sardenha, longe do centro capitalista italiano, Antonio Gramsci também teve um olhar atento aos *não operários*, em suas compreensões sobre o processo revolucionário. Em *A questão meridional*, isso fica evidente. A sua tentativa em entender a vida concreta dos camponeses do Sul da Itália, atendia a um projeto de unidade entre o *subalterno* desta parte da península e os operários fabris do Norte.

O autor tinha a percepção de que os grupos subalternos do Sul eram pouco ou nada conhecidos pelos operários do Norte. E o seu trabalho atendia justamente a essa necessidade de difundir entre os trabalhadores do Norte, um conhecimento sobre o camponês fundamentalmente histórico e concreto. Como Gramsci não tinha a pretensão de produzir erudição, mas teoria revolucionária, o seu alvo era as concepções racistas, criadas pela sociologia predominante da época, sobre subalterno do Sul. Vistos como biologicamente inferiores quando comparado ao “nortista”, os camponeses eram responsabilizados pelo atraso econômico e miséria em que viviam. Eles, por serem preguiçosos, eram os únicos responsáveis pela sua precariedade social.

A questão central aqui é que tal ideologia estava plenamente difundida entre os trabalhadores do Norte. Eles, a partir dos interesses da burguesia industrial, eram alimentados moralmente com esses argumentos. Os intelectuais orgânicos das classes dominantes haviam construído uma camada ideológica que precisava ser fraturada.

Os grandes intelectuais do Sul também exerciam forte poder sobre a manutenção do domínio sobre os camponeses. Croce, em *A questão meridional* assume destaque nas reflexões de Gramsci sobre esse aspecto.

O fato é que a teoria política gramsciana não introduz o camponês no projeto revolucionário de maneira caricatural ou a-histórica. Muito ao contrário, o autor, demonstra evidente respeito a esse grupo potencialmente revolucionário. Mesmo em suas críticas aos aspectos culturais deste subalterno, Gramsci não o trata sem sua seriedade característica.

Inserir os camponeses no projeto revolucionário deveria ser uma tarefa concreta, a partir de uma análise e de uma ação da mesma forma concretas. Para ele, o conhecimento correto era indispensável. Além disso, uma relação não burocrática, ausente de pedantismo, era um elemento moral básico para o Partido Comunista, perante esse subalterno. Aqui também está em operação o que se pode chamar de *alteridade para a revolução*, isto é, o entendimento sobre o subalterno de forma detalhada e politicamente revolucionária. Desnaturalizando tanto as construções ideológicas e culturais das classes dominantes sobre as classes populares, quanto as criações, muitas vezes alimentadoras do domínio de classes, dos próprios explorados. Gramsci aponta resultados importantes nesta direção. Como ele mesmo afirma:

No campo proletário, os comunistas de Turim tiveram um “mérito” incontestável: o de obrigar a vanguarda operária a se ocupar da questão meridional, apontando-a como um dos problemas essenciais da política nacional do proletariado revolucionário. (Gramsci, 2004, p.408).

Vê-se, portanto, que uma grande preocupação de Gramsci para formular a sua teoria revolucionária, era justamente o entendimento profundo sobre o *não operário*, o que certamente obrigava a presença da alteridade nas posturas dos comunistas diante desse *outro*.

De modo geral, percebeu-se até aqui importantes semelhanças entre os autores abordados. Sobre a questão da alteridade na teoria revolucionária isso também ficou evidente.

### **Considerações finais**

A partir desses dois importantes marxistas do século XX é possível notar aproximações não apenas sobre temas específicos de suas realidades nacionais, mas também quanto ao tema do *não operário* no interior materialismo histórico. Com eles é possível pensar num alargamento do marxismo, enquanto método e ação política, sobre os sujeitos sociais que não fazem parte da classe operária, mas que tanto quanto ela estão

sob dominação do permanente acúmulo do capital. Como mediação para se atingir tal objetivo, buscou-se aqui ressaltar a importância da alteridade – pensada como procedimento para o conhecimento do *outro*, a partir de sua historicização e da análise concreta de sua realidade. Essa é uma discussão que se faz necessária, no interior do marxismo, tendo em vista as profundas transformações históricas em curso. Colocar em movimento o materialismo histórico e dialético é retirá-lo do conformismo metafísico para conformá-lo à realidade efetiva.

### Referências

COSTA, Diogo & CLEMENTE, Márcia. *Mariátegui e o Brasil: o socialismo indo-americano e os dilemas do marxismo na periferia*. Águas de Lindóia/SP, 36º Encontro Anual da ANPOCS, GT 18 – Marxismo e Ciências Sociais, 2012.

DEVEZA, Felipe. *O problema indígena no marxismo de José Carlos Mariátegui*, Revista História: Debates e Tendências, v.7, n.2, jul/dez, pp.177-203, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. In: Escritos Políticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, Vol. 2.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

**Resumo:** Ao se analisar as obras de José Carlos Mariátegui e de Antonio Gramsci, chama a atenção do leitor a semelhança quanto a certos pontos. Para estabelecer tal relação, serão destacadas aqui as seguintes: *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, do marxista peruano, e *A questão meridional*, do italiano. Nesses dois escritos, alguns temas são recorrentes: a questão agrária, o problema da unidade nacional e a questão da alteridade para se pensar uma teoria política revolucionária. Como se sabe, tanto José Carlos Mariátegui quanto Antonio Gramsci, nesses seus trabalhos, buscaram compreender de modo aprofundado as realidades nacionais em que viviam. Se a questão central para o primeiro era explicar o que era o Peru, para além de Lima, no caso do segundo, a Itália também necessitava ser entendida não apenas a partir da região Norte, pois no Sul estava grande parte do principal aliado dos trabalhadores da indústria, isto é, os camponeses. Em todos esses pontos, a preocupação com o *não operário* parece ser central.

**Palavras-Chave:** Mariátegui; Gramsci; Política.

**Abstract:** When the books written by José Carlos Mariátegui and by Antonio Gramsci are analysed, likeness in relation to some points calls for reader's attention. To establish this relation, two books will be emphasized: *Seven Interpretive Essays on Peruvian Reality*, by the Peruvian Marxist, and *The Southern Question*, by the Italian writer. In both books, themes such as the agrarian issue, national unity and alterity are recurring in order to think

a revolutionary political theory. In their books, José Carlos Mariátegui and Antonio Gramsci sought profoundly to understand the national reality in which they were living. For Mariátegui, the central issue was to explain Peru as a whole without restriction to Lima. For Gramsci, Italy had to be understood not only from the perspective of the North, since most peasants, the main allies of industrial workers, were in the South. In these points, concerns with non-workers seem to be central.

**Key-words:** Mariátegui; Gramsci; Politics.